

Dívida externa, crescimento, distribuição de renda

ODED GRAJEW

A discussão sobre a dívida externa pública brasileira tem-se polarizado entre aqueles que querem o seu cancelamento total e imediato e aqueles que nem querem ouvir falar do assunto. A maioria dos empresários considera o tema um tabu, confundido com calote, pregado por alguns grupos mais radicais de esquerda que estariam dessintonizados com os tempos da modernidade e da globalização.

Toda pessoa informada a respeito do que se passa no mundo sabe que o tema da dívida externa dos países subdesenvolvidos é uma prioridade na agenda internacional. A pauta faz parte das discussões do G-8 (grupo dos sete países mais ricos e a Rússia), que decidiu em 1999 pelo perdão de US\$ 100 bilhões da dívida externa de 40 países, excluindo o Brasil; da ONU, do Banco Mundial, do Vaticano e de qualquer grande organização que lida com problemas econômicos e sociais do mundo. Comitês pela renegociação da dívida externa estão espalhados por praticamente todos os países. Chegaram à conclusão de que o peso da dívida inviabiliza qualquer programa de desenvolvimento econômico e social dos países mais atrasados.

O Brasil é o campeão mundial da desigualdade social. Nossas crianças estão entre as mais maltratadas do mundo. Cento e oitenta mil crianças abaixo de 5 anos morrem anualmente por razões absolutamente evitáveis. Milhões de brasileiros vivem na miséria.

Os serviços públicos de educação e saúde estão caindo aos pedaços. Por falta de renda, milhões de brasileiros estão fora do mercado. Os empresários brasileiros perdem a oportunidade de usufruir de um dos maiores mercados internos do mundo.

Educação e segurança públicas de baixa qualidade, pobreza e falta de empregos estão tornando o país, e a nossa juventude, num dos mais violentos do mundo. Todos os estudos de qualquer organismo internacional apontam a incompatibilidade de crescimento econômico, competitividade e ética com a péssima distribuição de renda e a ignorância. O que inibe os investimentos externos em qualquer país não é uma discussão sobre dívida externa, mas a miséria, a falta de educação, a violência e a corrupção.

Estudos amplamente divulgados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial mostram que a estrutura da nossa dívida externa e das nossas contas externas inviabilizam qualquer crescimento econômico acima de 4% ao ano. As importações cresceriam mais que as exportações para atender ao aumento da demanda, aumentaria o déficit da balança comercial e faltariam recursos para pagar os compromissos externos — e o Brasil precisa crescer no mínimo 7% por vários anos para diminuir significativamente a pobreza. Temos que manter taxas de juro elevadas para

atrair capitais externos, o que, novamente, inibe nosso crescimento. O alto custo financeiro suga a maior parte dos recursos dos orçamentos públicos e deteriora os serviços governamentais para os mais necessitados, além de inibir investimentos em infra-estrutura.

Na área energética já estamos sentindo o pesado ônus desta política. A redistribuição de renda fica dificultada, mas mesmo que fosse efetuada faria milhões de brasileiros marginalizados ingressarem no mercado de consumo, promovendo o crescimento econômico que novamente esbarcaria nos limites das contas externas.

Entre 1994 e 2000, o país entregou aos credores (entre amortização e juros) cerca de US\$ 176 bilhões. Esses recursos dão e sobram para, por meio do Programa Bolsa-Escola, colocar todas as crianças pobres brasileiras em escolas de qualidade, para acabar com o trabalho infantil, para multiplicar por cem o programa do governo que visa a diminuir a pobreza nos municípios mais pobres etc., etc.

Qualquer empresário sabe que pode chegar o momento em que o peso das dívidas de sua empresa chega ao patamar que inviabiliza o empreendimento.

Neste instante, a legislação oferece a credores e devedores a oportunidade de renegociar a dívida para que a empresa tenha a oportunidade de se

recuperar. Outra alternativa seria a falência, onde todos perderiam.

O caso da Argentina é exemplar. Chegou à falência e os credores tiveram que forçosamente reescalonar a dívida, aportar mais recursos apenas para que voltem sob forma de pagamento de juros. O governo teve que efetuar mais cortes no seu orçamento, demonstrando a já precária situação social. Tudo isso apenas à espera da próxima crise já absolutamente prevista.

Faço a seguinte pergunta: por que não abrimos uma negociação séria com nossos credores (como vários países estão fazendo) para converter os pagamentos referentes à dívida externa em programas de amortização de nossa imensa dívida social?

Atenção! Não se trata de calote! Estou falando de abertura de negociações. Se nosso problema para tirar o país do estado de indigência social é a falta de recursos, devemos propor a criação de um fundo (com recursos que estão destinados aos pagamentos da dívida externa) administrado pelo governo, pela sociedade civil, pelos representantes dos nossos credores e — por que não? — do Banco Mundial para financiar projetos visando a acabar com a pobreza.

Entraremos num ciclo virtuoso. Menos pobreza mais educação representam mais consumidores, maior desenvolvimento, mais recursos para o governo cumprir a justiça social, menos violência, mais investimentos, mais desenvolvimento, melhor distribuição de renda etc.

O Brasil tem suficiente peso político para empreender uma negociação

dessas. No cenário internacional, o terreno para essa atitude é politicamente propício, não só porque já há precedentes e um consenso de que a dívida inviabiliza os países, mas também uma crescente conscientização a respeito de que um Brasil próspero e socialmente justo interessa para a população, para o empresariado, para os organismos internacionais e para o equilíbrio político da região (uma segunda Colômbia certamente não interessa a ninguém).

A Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial teve perdoadada a sua dívida. Se a decisão tivesse sido tomada antes, é provável que a guerra fosse evitada. Uma Alemanha estável significava paz e prosperidade na Europa e um grande mercado para americanos, ingleses, japoneses entre outros mercados consumidores.

Num mundo globalizado e interdependente, um Brasil socialmente justo, próspero e democrático interessa a todos os nossos credores. Ao desqualificar a discussão da dívida externa, estamos perdendo uma grande oportunidade de obter recursos que são imprescindíveis para qualquer projeto nacional que promova o desenvolvimento e a justiça social. É uma irresponsabilidade para quem pretende viver e trabalhar no Brasil e quer legar aos seus filhos um país digno e ético. Ao leitor deste artigo, peço desculpas por ocupar seu tempo na leitura de conceitos que me parecem tão óbvios.

ODED GRAJEW é diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.